

Por um Ensino Superior mais Verde

Há muito que se discute o aquecimento global e as alterações climáticas que este provoca, sendo a ação do ser humano a principal causa potenciadora. Face aos fenómenos meteorológicos observados nos últimos tempos, não só em Portugal como em todo o mundo, torna-se cada vez mais perentório tomar medidas que combatam o resultado da ação antrópica no planeta.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), “as alterações climáticas representam a maior ameaça à saúde humana do século XXI”. Estas alterações têm, e terão, custos elevados em diversos setores. Catástrofes naturais, potenciadas pelas alterações climáticas, levam a perdas humanas, desalojamento de populações, absentismo laboral, sobrelotação e sobrecarga dos serviços de cuidados de saúde. Sem uma ação abrangente e urgente, será cada vez mais difícil para o ser humano adaptar-se aos efeitos devastadores da chamada crise climática. [1]

Devido às suas características geográficas, Portugal encontra-se entre os países europeus com maior vulnerabilidade a estas alterações. O governo português assumiu como principal meta neste quadro o compromisso de atingir a neutralidade carbónica até 2050, ou seja, tornar nulo o balanço entre as emissões e as remoções de dióxido de carbono e outros GEE da atmosfera, com um corte significativo de emissões até 2030.

A resolução da crise climática passará pelo empenho coletivo a nível mundial, através da implementação de medidas ambiciosas e da cooperação e solidariedade entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. No entanto, o caminho para esta transformação só é possível se a mudanças forem implementadas a nível local, através de investimento em organizações de menor escala. A chave para a mudança global passa por uma sociedade constituída por comunidades com um forte sentido de dever social e ambiental, onde as transições são feitas de forma justa e adequada à sua realidade.

Desta forma, as Instituições de Ensino Superior (IES), como polos de conhecimento, investigação e vanguarda da sociedade, assumem uma responsabilidade acrescida, sendo pioneiras na implementação de políticas que se replicam na sociedade em que se insere, bem como na literacia da mesma. Assim, defendemos que as IES devem alcançar a neutralidade carbónica até 2030, a par da minimização da totalidade da sua pegada ecológica. Este objetivo está em conformidade com a ciência climática atual, aproximando Portugal do previsto pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas (IPCC) como necessário para alcançar os objetivos expostos no Acordo de Paris.

O primeiro passo na prossecução deste objetivo é a inventariação total das emissões de GEE associadas à atividade da instituição, seguida pela elaboração de um roteiro para a descarbonização da mesma. Este roteiro deve contemplar medidas transversais a todos os seus setores de atividade, nomeadamente em matéria de energia, alimentação, processos de aquisição, transportes, consumo de água e tratamento de resíduos.

Consideramos algumas áreas como prioritárias de abordar, definidas em seguida.

Mobilidade

O 11.º Objetivo De Desenvolvimento Sustentável da ONU para 2030 prende-se com a necessidade de criar comunidades e cidades mais sustentáveis.

A mobilidade acessível e ecológica é uma ferramenta fundamental para alcançar este objetivo. No ano de 2019, o setor com maiores emissões de Gases de Efeito de Estufa (GEE) em Portugal foi o setor dos transportes (28%), em grande parte dominado pelo tráfego rodoviário. [2], [3]

A existência de alternativas rápidas e ecológicas para a deslocação da comunidade académica e não académica é imperativa para alcançar as metas com que Portugal se comprometeu, tanto a nível local através de planos nacionais (PNAC e PNEC), como a nível da União Europeia. [4]

O sistema de deslocação deve ser acessível, rápido e pouco dispendioso, apresentando-se como uma opção competitiva comparativamente a meios de transporte individuais como o automóvel. As linhas de transporte devem estar preparadas, estando localizadas perto ou até mesmo dentro dos estabelecimentos de ensino, facilitando e promovendo a adoção destes meios de transporte por parte dos estudantes, num esforço conjunto entre as IES e a Tutela. Além disso, devem também ser garantidos incentivos para que a comunidade estudantil utilize estes meios de transporte, por exemplo, através da oferta de descontos no valor das viagens.

Os Campi devem estar igualmente preparados para as crescentes opções de micromobilidade, através da construção de ciclovias, lugares de estacionamento e de postos de carregamento de veículos elétricos, em colaboração com a Tutela, recorrendo a programas do Governo, da União Europeia e/ou em colaboração com as Câmaras Municipais. [5]

Resíduos

No que toca à separação de resíduos, as IES devem garantir a disponibilização de locais próprios para a separação de resíduos espalhados pelas instalações, em número e dispersão suficiente. Além dos benefícios já conhecidos da separação de resíduos e reciclagem, em termos económicos, a reciclagem torna-se benéfica ao criar 115 postos de trabalho por 10 milhões de Kg de resíduos, comparativamente aos aterros sanitários e incineração, que criam 2 postos de trabalho por 10 milhões de Kg de resíduos. [6]

Não obstante a todas estas medidas, será importante promover campanhas de sensibilização para a gestão responsável dos resíduos na comunidade académica, seja nas IES, em bares e cantinas, sejam nas salas de aula, laboratórios e instituições prestadoras de cuidados de saúde afiliadas.

Alimentação

O impacto ambiental da produção, processamento e distribuição de alimentos está amplamente demonstrado. Esta produção está diretamente relacionada com a elevada pegada carbónica da cadeia de produção alimentar. Sabe-se também que diferentes alimentos têm um diferente impacto ambiental e que importa a consciencialização para escolhas mais saudáveis para o ambiente. [7]

A forma mais efetiva de reduzir a pegada ecológica da alimentação passa assim por diminuir o consumo de alimentos com elevada pegada ambiental, ou optar por uma produção mais sustentável dos mesmos. Isto implica uma ação conjunta quer do produtor, quer do consumidor, sendo que o papel deste último passa por preferir alimentos à base de plantas, de produção local, sazonal, orgânica e sustentável, reduzindo o consumo de produtos de origem animal e alimentos processados.

Consciencialização

A consciencialização da sociedade para as várias consequências das alterações climáticas a médio e longo prazo deve ser uma das ferramentas utilizadas pelas várias organizações, almejando a sustentabilidade ambiental. Vários movimentos climáticos estudantis, incluindo a Carta Aberta do Ensino Superior pelo Clima [8], que reúne o apoio de mais de 80 estruturas estudantis e organizações da sociedade civil. Este movimento elaborou o Guia para a Neutralidade Carbónica 2030 [9], um documento redigido por estudantes e cientificamente revisto, que estabelece um conjunto abrangente de medidas e ferramentas para as IES alcançarem estes objetivos.

A criação de um Green Committee em cada Instituição de Ensino Superior é uma estratégia já implementada por várias entidades, sendo esta uma plataforma importante na promoção e implementação de medidas de sustentabilidade, assim como advocacy perto das entidades competentes. Pretende-se que a sua composição inclua necessariamente a comunidade estudantil, emitindo-se compromissos e recomendações para a execução de um Plano de Sustentabilidade com objetivos e indicadores mensuráveis.

Enumeram-se algumas propostas aplicáveis à generalidade das IES:

- **Energia:** as IES devem aumentar a eficiência energética dos seus edifícios, eletrificar, sempre que possível, os seus equipamentos e instalar sistemas de produção elétrica para autoconsumo. As redes de painéis fotovoltaicos da Universidade de Aveiro e da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra são exemplos a seguir nesta matéria.
- **Alimentação:** ~~com vista à diminuição do consumo de produtos de origem animal,~~ propõe-se um aumento da oferta e da promoção de refeições de base vegetal, aliada à disponibilização de informação sobre o impacto ambiental de todas as refeições.
- **Processos de aquisição:** A implementação de critérios de sustentabilidade ambiental na forma como as IES adquirem produtos e serviços, nomeadamente pela preferência por produtos com menor impacto ambiental na totalidade do seu ciclo de vida ou produtos com selos de sustentabilidade devidamente reconhecidos.
- **Mobilidade:** as IES devem promover a utilização de mobilidade leve e de transportes públicos, a par de medidas como a instalação de carregadores para veículos elétricos nos campi.
- **Consumo de água:** é fundamental o aumento da eficiência hídrica, através, por exemplo, da utilização de aparelhos para poupança de água nas instalações sanitárias e a implementação de prados biodiversos nos espaços verdes, que têm menores necessidades de rega.
- **Tratamento de resíduos:** é fulcral instituir, em todas as IES, práticas de reciclagem generalizada. Este é talvez o indicador mais elementar de consciência ambiental e, embora seja ensinada no início do ensino básico, infelizmente não é uma realidade transversal ao ensino superior.
- **Consciencialização:** é necessária a criação de um Green Committee em cada Instituição de Ensino Superior, assim como apoiar iniciativas organizadas pela comunidade estudantil no âmbito da sustentabilidade, diretamente nas IES; Integrar tópicos sobre sustentabilidade ambiental e transição justa nas unidades curriculares existentes, ou oferecer aos estudantes uma nova unidade curricular relativa a estes temas.

Enumeram-se algumas propostas aplicáveis à Tutela:

- **Mobilidade:** disponibilização de descontos em passes para transportes públicos para estudantes de Ensino Superior, bem como aumento da oferta, em quantidade e qualidade, dos transportes públicos para as cidades de Instituição de Ensino Superior e cidades de realização de estágios e outras atividades letivas, salientando a necessidade de um maior investimento na intermodalidade dos passes de transportes públicos e a expansão da rede ferroviária nacional. Devem ainda otimizar os espaços em redor das Instituições de Ensino Superior para a promoção da micromobilidade e promover a oferta de oportunidades de micromobilidade em cidades-sede de IES.
- **Resíduos:** promoção do enquadramento legal da limitação de utilização de materiais descartáveis, assim como, implementação de programa de incentivo à reciclagem através da disponibilização de um benefício monetário aos cidadãos que façam a separação de resíduos.
- **Alimentação:** promoção do enquadramento legal do aumento da disponibilidade e qualidade de opções de origem vegetarianas e veganas e do controlo do seu preço de venda, bem como, apoio da aquisição de produtos alimentares de origem biológica e a produtores locais.
- Criar as condições para que seja realizada uma inventariação das emissões de GEE associadas à atividade das IES;
- Criar as condições para que sejam elaborados roteiros abrangentes para a descarbonização das IES, com o objetivo de alcançar a neutralidade carbónica em 2030, a par da diminuição da totalidade da pegada ecológica das mesmas.

Destinatários: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Ministério do Ambiente e Ação Climática, Assembleia da República e partidos políticos com assento parlamentar

Referências:

[1] IPCC. (2014). Climate Change 2014: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Core Writing Team, R.K. Pachauri and L.A. Meyer (eds.)]. IPCC, Geneva, Switzerland, 151 pp.

[2] Nações Unidas - ONU Portugal. (16 de agosto de 2019). Objetivo 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis. Acedido a 11 de outubro de 2022. Disponível em <https://unric.org/pt/objetivo-11-cidades-e-comunidades-sustentaveis-2/>

[3] Portal do Estado do Ambiente. (16 de novembro de 2021). Emissões de gases com efeito de estufa. Acedido a 11 de outubro de 2022. Disponível em <https://rea.apambiente.pt/content/emiss%C3%B5es-de-gases-com-efeito-de-estufa>

[4] Rodrigue, Jean-Paul. (2020). The Geography of Transport Systems (5ª edição). Taylor and Francis Group. <https://doi.org/10.4324/9780429346323>

[5] Ritchie H. (2021) Which Form of Transport Has the Smallest Carbon Footprint?: Our World in Data. Acedido a 11 de outubro de 2022. Disponível em <https://ourworldindata.org/travel-carbon-footprint>

[6] Ribeiro-Broomhead J. et al. (2021). Zero Waste and Economic Recovery: The Job Creation Potential of Zero Waste Solutions. Global Alliance for Incinerator Alternatives.

[7] FoodPrint. (2018). How Our Food System Affects Climate Change. Consultado a 26 de setembro de 2022. Disponível em <https://foodprint.org/issues/how-our-food-system-affects-climate-change>

[8] [Carta Aberta do Ensino Superior pelo Clima | Ambientalist \(ulisboa.pt\)](#)

[9] [Guia para a Neutralidade Carbonica 2030 - CAESC.pdf \(dropbox.com\)](#)